Zeitschrift: Revue de linguistique romane

Herausgeber: Société de Linguistique Romane

Band: 70 (2006)

Heft: 277-278

Artikel: Haver e ter em português medieval : dados de textos dos séculos XIV e XV

Autor: Brocardo, Maria Teresa

DOI: https://doi.org/10.5169/seals-400110

Nutzungsbedingungen

Die ETH-Bibliothek ist die Anbieterin der digitalisierten Zeitschriften auf E-Periodica. Sie besitzt keine Urheberrechte an den Zeitschriften und ist nicht verantwortlich für deren Inhalte. Die Rechte liegen in der Regel bei den Herausgebern beziehungsweise den externen Rechteinhabern. Das Veröffentlichen von Bildern in Print- und Online-Publikationen sowie auf Social Media-Kanälen oder Webseiten ist nur mit vorheriger Genehmigung der Rechteinhaber erlaubt. Mehr erfahren

Conditions d'utilisation

L'ETH Library est le fournisseur des revues numérisées. Elle ne détient aucun droit d'auteur sur les revues et n'est pas responsable de leur contenu. En règle générale, les droits sont détenus par les éditeurs ou les détenteurs de droits externes. La reproduction d'images dans des publications imprimées ou en ligne ainsi que sur des canaux de médias sociaux ou des sites web n'est autorisée qu'avec l'accord préalable des détenteurs des droits. En savoir plus

Terms of use

The ETH Library is the provider of the digitised journals. It does not own any copyrights to the journals and is not responsible for their content. The rights usually lie with the publishers or the external rights holders. Publishing images in print and online publications, as well as on social media channels or websites, is only permitted with the prior consent of the rights holders. Find out more

Download PDF: 11.07.2025

ETH-Bibliothek Zürich, E-Periodica, https://www.e-periodica.ch

HAVER E *TER* EM PORTUGUÊS MEDIEVAL. DADOS DE TEXTOS DOS SÉCULOS XIV E XV

É objectivo geral deste trabalho contribuir para a descrição do funcionamento dos verbos *(h)aver* e *teẽer/ter*[1] em português medieval, aduzindo dados recolhidos em textos dos séculos XIV e XV, devidamente enquadrados do ponto de vista descritivo. Tendo em vista cumprir este objectivo geral, foram definidos, no âmbito limitado de um estudo como o que se propõe, os seguintes objectivos específicos: apresentar dados relativos às ocorrências de *aver* e *ter* como verbos principais, em estruturas normalmente identificadas como 'estruturas de posse', recolhidos num dos testemunhos de um texto de finais do século XIV, o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (LLC), controlados com dados de textos tipologicamente bem diferenciados – textos notariais – da mesma época (DNs)[2]; propor uma descrição adequada daquele tipo de estruturas, tendo em conta diversos tipos de observações, diferentemente enquadradas do ponto de vista teórico; com base nessa descrição, confrontar (parcialmente) os dados mencionados com dados de um dos testemunhos de um texto de finais do século XV, a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses,* de Gomes Eanes de Zurara (ZurPM), procurando verificar se entre eles existem contrastes que evidenciem diferentes tipos de ocorrências de *aver* / *ter* com relevância para um conhecimento mais aprofundado do processo diacrónico ocorrido em português relativo à substituição de *aver* por *ter*.

A cronologia dos testemunhos usados neste trabalho como fonte situa-se, portanto, em, respectivamente, finais do século XIV e finais do século XV, diferindo, por exemplo, dos cortes cronológicos representados no estudo de Silva (1995) sobre as mesmas estruturas no 'português arcaico' (primeira e segunda metades do século XV). Não foi, porém, uma possível

---

(1) Não sendo relevante, para a abordagem proposta, a distinção das várias formas gráficas que ocorrem nos textos medievais para os derivados de HABERE e TENERE em português (com ou sem *h*, no primeiro caso, com representação ou não das duas vogais etimológicas e com ou sem marca de nasalidade, no segundo), referi-los-ei daqui em diante nas formas simplificadas *aver* e *ter*.

(2) Para o efeito, usei os textos publicados por Martins (2001) correspondentes à segunda metade do século XIV, um conjunto de 36 documentos com datas entre 1350 e 1397.

complementaridade em relação ao estudo citado que determinou a escolha de fontes com diferente datação, nem um critério apriorístico em termos de periodização da história do português[3], mas antes critérios de carácter metodológico, como procurarei explicar em seguida.

Será necessário começar por justificar o facto de se ter optado por estudar dados de textos individuais em vez de dados recolhidos num corpus mais extenso. Essa opção decorreu, essencialmente, de se ter privilegiado uma representatividade 'qualitativa' em detrimento de uma representatividade quantitativa, e tem sobretudo a ver com questões relativas à tipologia dos textos e ao seu processo de transmissão. À partida, a escolha de um texto como o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, nobiliário entremeado de passagens narrativas, decorre da expectativa (plenamente justificada, como se poderá constatar nos exemplos apresentados) de nele se encontrarem atestações em contextos mais diversificados que os evidenciados em textos notariais, que têm, em contrapartida, como se sabe, a enorme vantagem de se conservarem maioritariamente em originais datados. Por outro lado, as conclusões obtidas pela crítica sobre os diferentes aspectos relativos à génese (de um modo geral) do testemunho deste texto, infelizmente fragmentário, conservado em Lisboa, na Biblioteca da Ajuda, permitem-nos assumir que ele representa um exemplar da refundição do texto *Livro* realizada c. 1380, distando, portanto, relativamente pouco da redacção original do texto (c. 1340)[4]. É uma situação, se não ideal, pelo menos bastante mais favorável à recolha de dados linguísticos que se pretendem minimamente aproximados em termos de localização

(3) Não tratarei aqui explicitamente questões de periodização, a que me referi noutros trabalhos (em particular Brocardo 1999 e no prelo). No artigo de 1999, com base noutros tipos de traços linguísticos, procurei argumentar em favor de uma periodização mais estreita para o âmbito cronológico correspondente à Idade Média (até meados do século XVI), que considera dois períodos bem diferenciados, 'antigo' e 'médio'. O tipo de periodização adoptado por Rosa Virgínia Mattos e Silva (cf. Silva 1994) é mais abrangente, embora admitindo uma subdivisão do 'português arcaico', o que, de qualquer modo, corresponde a uma hierarquização das divisões periodológicas consideradas. Seria, evidentemente, prematuro incluir entre os objectivos deste trabalho a aferição dos seus resultados numa perspectiva da periodização da história do português (no sentido, por exemplo, em que Martins 2002 o fez para a história dos clíticos), dado o âmbito muito restrito dos dados aqui estudados. No entanto, como se sabe, diferentes aspectos relativos à história de *aver* e *ter* em português têm sido apontados pelos historiadores da língua como caracterizando diferenciadamente os períodos mencionados.

(4) Sobre as questões relativas à transmissão do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* e em particular sobre o papel do fragmento da Ajuda nessa tradição, v. Mattoso (1980, 30-50) e (1999, 575-576).

temporal que a da maioria dos textos portugueses conservados (não notariais) da época, e mesmo de textos posteriores, muitas vezes conservados apenas em cópias tardias, para além de traduções, do latim ou do castelhano, com possíveis interferências da língua em que os textos foram originalmente redigidos.

No que respeita ao aspecto mencionado, o texto usado para a recolha de dados referentes ao final do século XV não está em idêntica situação, visto que não foi possível avançar uma datação tão aproximada para a cópia usada como no caso de LLC – a redacção original do texto terá sido concluída em 1463 ou 1464, mas o testemunho mais antigo dos conservados é uma cópia de finais do século XV ou mesmo princípios do XVI. Em contrapartida, o facto de a edição disponível incluir no aparato as variantes de outro testemunho do mesmo texto permitirá tomar em consideração um outro aspecto, que é (genericamente) o da interferência do processo de cópia manuscrita na possibilidade de recuperação de dados relativos a diferentes sincronias.

1. Para uma descrição dos valores de *aver / ter* como verbos principais

Tendo em conta a diversidade evidenciada nos dados recolhidos que atestam ocorrências de *aver / ter* como verbos principais (excluindo *aver* existencial), a primeira questão a considerar é a própria definição deste tipo de estruturas, normalmente definidas como 'estruturas de posse'. Trata-se, à partida, de uma caracterização semântica, pressupondo uma identificação do sentido dos verbos *aver* e *ter* como mais ou menos equivalente de "possuir". Este tipo de caracterização, porém, não se adequa a todas ocorrências destes verbos. Assim, como já foi notado para o português actual, é diferente a interpretação de *ter* (o único dos verbos estudados que ocorre em português actual nestas estruturas(5) nos exemplos(6) (Duarte 2003, 311-312):

(1) Eles têm uma casa em Sintra
(2) Eles têm bastante influência na comissão

(5) Este facto, porém, não é relevante para o aspecto considerado, visto que línguas românicas que conservaram formas derivadas de HABERE manifestam o mesmo tipo de fenómeno, ocorrendo, por exemplo, em francês, formas de *avoir* no mesmo tipo de estruturas.

(6) Nesta secção, os exemplos do português actual (europeu) são exemplos construídos ou retirados de gramáticas e são numerados em árabes. Os exemplos retirados de textos medievais são numerados em romanos, seguindo-se-lhes a indicação da data e da fonte de onde foram extraídos, em forma abreviada (cf. bibliografia).

Em casos como o exemplificado em (2), teríamos um predicado complexo formado pelo verbo *ter* e pela expressão nominal com a qual ocorre, descrição fundamentada no argumento, entre outros, de existência de um verbo principal com significado equivalente (*influenciar*). Neste tipo de estruturas, os verbos são caracterizados como verbos 'leves', admitindo-se que «sofreram um esvaziamento lexical (...) que permite que o centro semântico da frase se desloque para a expressão nominal» (Duarte 2003, ibid.).

Exemplos semelhantes, embora com diferentes complementos nominais, ocorrem em textos medievais, com *aver*:

(i) el auya guera cõ el Rey [séc. XIV-LLC]

Note-se que, no caso de *aver guerra*, encontramos também atestados verbos com significado equivalente (*guerrear*) ao do predicado complexo (embora neste caso num texto posterior)(7):

(ii) Deyxo os da ilha de Rrodes, que casy sempre guerream com hos turcos

A exemplos do tipo de (2) poderíamos ainda juntar muitos outros do português actual (3), bem como exemplos retirados de textos medievais (iii), em que *ter* ou *aver* ocorrem com idêntico funcionamento:

(3) O João e a Maria tiveram uma (grande) discussão / uma conversa (comprida) ... (cf. discutiram (muito) / conversaram (longamente) ...)

(iii) Os Reis c*ri*staaos ouuerõ seu acordo q*ue* fosem partidos ẽ duas partes [séc. XIV-LLC]

Um primeiro critério para a análise dos dados do português medieval poderá, portanto, ser a separação das ocorrências de *aver* / *ter* como verbos plenos das suas ocorrências como verbos leves (ou 'verbos de suporte')(8), permitindo uma análise mais adequada de ocorrências como as já exemplificadas (*aver / ter guerra; acordo*) e desde logo abandonar uma caracterização da totalidade das ocorrências destes verbos como

(7) Em trabalho anterior (Brocardo e Correia 2005), foram já apresentados alguns exemplos de *aver* / *ter*, e também *fazer*, com os complementos *guerra* e *paz*, que mostram que *guerrear* (*com*) (SN) é em certos casos equivalente não só a *aver guerra (com* SN*)*, mas também a *fazer guerra (a / contra* SN), o que evidencia o mesmo tipo de comportamento de *fazer* e *aver* / *ter* neste tipo de estruturas, como se pode constatar no exemplo: *louvamdo muito a ell rrey de Portugall pella comtynuaçã da guerra que fazia comtra os ymfies* [séc. XV?-ZurPM].

(8) As principais referências sobre a terminologia e estudos deste tipo de verbos encontram-se em Duarte (2003, 311, n. 33).

'estruturas de posse'(9). Assim, assumirei como hipótese de partida e com base em dados como os já apresentados que o português medieval evidencia, tal como o português actual, a possibilidade de funcionamento de *aver* / *ter* como verbos leves, que intervêm na formação de predicados complexos, e que essa possibilidade de funcionamento decorre de um esvaziamento lexical, tornando, portanto, inadequada a sua caracterização nesses contextos como verbos exprimindo "posse"(10).

Note-se que quando *aver* / *ter* são caracterizáveis como verbos leves podem concorrer para a expressão de predicados com interpretação eventiva, enquanto que nas restantes ocorrências exprimem tipicamente estados, dependendo esta distinção também da marcação têmporo-aspectual, no verbo ou através de outros marcadores.

Começarei, pois, por admitir uma separação entre dois funcionamentos distintos caracterizados como: *aver* / *ter* - verbos denotando tipicamente estados (A); *aver* / *ter* verbos leves que concorrem para a formação de predicados complexos que podem exprimir eventos(11).

Mas as dificuldades em caracterizar de modo coerente as ocorrências de *aver* / *ter* correspondentes a (A) não desaparecem com esta separação. Partindo mais uma vez do português actual, fará certamente parte da intuição de qualquer falante perceber que *ter* 'não é a mesma coisa' em ocorrências como as exemplificadas:

---

(9) Ao contrário de Silva (1995, 301-302), que adopta a caracterização de 'estruturas de posse' para a generalidade das ocorrências de *aver* / *ter* como verbo principal (excluindo, naturalmente, as ocorrências de *aver* como existencial), apresentando depois uma tipologia dos diferentes tipos de complemento com base na natureza semântica dos mesmos. Assim, complementos como *conselho* e *paz* figuram no tipo de complementos exprimindo «bens ou qualidades próprias ou adquiridas, materiais, que são ou se tornam inerentes ao 'possuidor' que ocupa a posição de sujeito, tais como, qualidades morais, espirituais, intelectuais, afetivas, sociais», enquanto *guerra* é incluído no tipo de complementos definidos como exprimindo «objetos materiais adquiríveis externos ao possuidor».

(10) Tendo embora em conta que, de acordo com Duarte (2003, 312), «o processo de esvaziamento lexical dos verbos leves não é total, sendo preservada a grelha argumental que o verbo tem como verbo pleno» e, portanto, o SN que ocorre como complemento «não [ser] um predicado secundário, mas sim um argumento do verbo leve». Em Duarte, Gonçalves e Miguel (2005) apresenta-se uma análise que aponta no mesmo sentido. Alguns autores têm tratado o processo de 'dessemantização' sofrido por alguns verbos em certos contextos recorrendo ao conceito de 'gramaticalização', um tipo de análise que é discutido, por exemplo, em Oriez (2001) ou Butt (2003), em diferentes perspectivas.

(11) Sobre tipologia aspectual dos verbos, v., por exemplo, Duarte e Brito (2003, 190-197).

(1) Eles têm uma casa em Sintra
(4) Para ir para a Faculdade, tens o metro / o carro do teu pai
(5) Eles (não) têm filhos (adolescentes)
(6) O meu filho (já) tem barba
(7) O Mário tem 17 anos
(8) Tenho frio

Note-se que só o tipo de ocorrência exemplificado em (1) é propriamente parafraseável por uma formulação de pertença (*A casa pertence-lhes*), o que é notoriamente inadequado em (4), (7) e (8). Nalguns textos medievais parece haver evidência de que uma distinção do tipo da que se pode estabelecer entre (1) e (4), informalmente 'posse estrita' (parafraseável por pertença) *versus* 'posse temporária' (ou, talvez melhor, 'direito / possibilidade de uso'), corresponderia a uma oposição entre *aver* e *ter*, como acontece nos exemplos[12]:

(iv) As. Nossas meyas casas q*ue* nos Auemos em Rua çapat*eir*a [1353DNs]

(v) as quaes casas Johã dũnho tẽ p*er* plazo do Conuẽto do Mon*steiro* de Poõbeiro [1365DNs]

O uso do possessivo, como em (iv), poderia levar a pensar num outro possível critério de diferenciação de valores de *aver* / *ter* testando a intercomutabilidade de expressão da posse através de estruturas verbais, com *aver* / *ter*, ou nominais, com possessivo. Mas não parece um critério muito produtivo, excepto para diferenciar valores como os já exemplificados nos exemplos (iv) e (v), dada a frequente ocorrência do possessivo com valores também diferenciados, embora não necessariamente coincidentes com os expressos por *aver* / *ter*. Em qualquer caso, o tratamento de dados históricos não permite, evidentemente, manipulação, e são esporádicas as ocorrências de possessivo junto de ocorrências de *aver*, como em (iv).

A diversidade de valores expressos por verbos equivalentes a *aver* / *ter* nas línguas românicas (como se sabe, mais geralmente derivados de HABERE, constituindo os romances hispânicos, além do sardo e de alguns dialectos italianos, a excepção) tem suscitado diferentes tipos de abordagens. Como refere Creissels (1996, 150), essa diversidade torna virtualmente impraticável a elaboração de uma lista exaustiva cujos itens não sejam excessivamente vagos, mesmo limitando a análise aos casos em que o SN sujeito tem um referente humano. Esta diversidade pode também

(12) Vejam-se, por exemplo, as observações de Ferreira (1980-1981, 249-250) sobre a oposição *haber* / *tener* em castelhano, mas que serão aplicáveis também ao português, observações baseadas em Chevalier, Jean-Claude, 1977. «De l'opposition *aver* ~ *tener*», *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale* 2, 5-48.

relacionar-se com a observação de que a expressão de valores equivalentes aos expressos em ocorrências de *aver* / *ter* são expressos noutras línguas com recurso a outro tipo de estruturas, como os exemplos (7) e (8), que corresponderiam, por exemplo, em inglês a uma estrutura predicativa atributiva (*He's 17 (years old)*; *I'm hungry*), ocorrendo noutras línguas expressões de tipo locativo ou existencial para exprimir diferentes tipos de 'posse'. Este tipo de observações pode levar, mais uma vez, a concluir que as estruturas em que *aver* / *ter* ocorrem não são genericamente caracterizáveis como estruturas de posse(13), embora o conceito possa revelar-se operativo e adequado para a definição do valor de alguns tipos de ocorrências destes verbos.

Assim, uma caracterização de partida, semanticamente mais generalizante, para as ocorrências definidas como instâncias de (A) resumir-se-ia a caracterizar *aver* / *ter* como verbos estativos locativos, admitindo que o argumento que ocorre com a função de sujeito nestas estruturas é um «Locativo em sentido abstracto», sendo o argumento externo que ocorre como objecto directo «Tema» (Duarte e Brito 2003, 194), podendo ir de encontro a uma maior abrangência na definição de verbos do tipo *aver* / *ter* como a sugerida por Creissels (cf. n. 13).

Sublinhar a inclusão destes verbos na classe maior dos estativos é uma forma de dar suporte a observações sobre diferentes estruturas usadas intra e interlinguisticamente para exprimir "posse", através, por exemplo, de estruturas atributivas, com verbos copulativos, ou existenciais, que integram igualmente esta classe. Notem-se as correspondências já observadas entre estruturas do português (e de outras línguas românicas) do tipo *Tenho fome* e o inglês *I'm hungry*(14).

---

(13) Em alternativa, Creissels (1996, 157) propõe uma definição mais genérica para os verbos do tipo *avoir*: «... un verbe *avoir* n'est pas essentiellement un verbe dénotant un rapport de possession, mais plutôt un verbe dont la caractéristique essentielle est de permettre de poser avec le minimum de précision le rattachement d'une entité à la sphère personnelle d'un individu. Et la notion de sphère personnelle a un fondement psychologique bien plus profond que la codification sociale de la relation entre personnes et objets qu'évoque le terme 'possession'».

(14) Silva (1994, 78), inclusivamente, analisa como «atributos possessivos os predicados que têm como núcleo do SV o verbo *(h)aver* [e] *teer*» com o argumento de «as estruturas possessivas poderem ter atributivas correspondentes com os verbos *ser* / *estar* (cf. Ele *tem* barbas /ele *é* barbado; ele *tem* esperança / ele *é* esperançoso; ele *tem* casa / a casa *é* dele, o que não ocorre com os verbos transitivos». Este tipo de análise, porém, não parece adequar-se do mesmo modo a todas as estruturas possíveis.

Por outro lado, pode também assim sublinhar-se a relação / oposição entre *aver* existencial (vi), que em português medieval concorria nesse funcionamento com formas derivadas de ESSE (vii)[15], e *aver* / *ter* em estruturas como as já exemplificadas (viii):

(vi) pellas gramdes guerras q*ue* avia amtr'elles [séc. XV?-ZurPM]

(vii) mas vos sabeis como eu são vassallo dell rrey de Castella *e* as pazes que são de hũa parte a outra [séc. XV?-ZurPM]

(viii) Este p*ri*ol dõ aluaro de pereyra (...) foy o q*ue* pasou alẽ mar (...) cõ caualeiros *e* out*ra*s gentes muytas p*er*a a guera q*ue* os espitaleres hã cõ os turcos *e* cõ soriaos *e* barbaros *e* d'aleyxadria. [séc. XV?-ZurPM]

De acordo com a proposta de Heine (1996), a resposta à questão «why do expressions for predicative possession frequently resemble expressions for identification, description, existence, equation, and / or location?» pode ser encontrada, com recurso ao conceito de gramaticalização, assumindo que «the majority of schemas[16] employed for the grammaticalization of predicative possession involve predicates whose original meaning has to do with location, existence, and the like».

A caracterização de *aver* / *ter* como locativos, além de ir de encontro ao tipo de observações já mencionadas[17], permite ainda evidenciar a relação semântica entre as alternativas de expressão de posse 'estrita', quer através de estruturas com verbos como *aver* / *ter* (ou *possuir*), quer através de verbos como *pertencer*, sendo em ambos os casos o possuidor um «locativo» (Duarte e Brito ibid.), que ocorre, respectivamente, como argumento externo ou interno (Eles *têm uma casa em Sintra* / *A casa pertence*-lhes).

Partindo do princípio de que será necessário recorrer a critérios semânticos para obter uma caracterização adequada dos vários valores (A) de *aver* / *ter*, procurar-se-á uma solução intermédia entre duas alternativas extremas, uma tipologia demasiado limitada, que sempre implicaria a definição de etiquetas muito vagas e flexíveis, e uma tipologia muito fina, que, para ser exaustiva, seria quase uma descrição de ocorrências.

---

(15) Não seria rigoroso do ponto de vista da história da língua identificar estas formas simplesmente como 'formas do verbo *ser*', dado o contraste entre as formas referidas com valor existencial, derivadas de ESSE, e as formas derivadas de SEDERE, que não ocorrem com esse valor em português medieval.

(16) Os 'schemas' aqui referidos têm que ver com «propositional structures (...) rather than with the lexical items concerned», compreendendo estes 'schemas' que envolvem «action, location, companion and existence».

(17) Ver, por exemplo, Heine (1996, 16-17) para uma exemplificação da expressão da posse em diferentes línguas através de estruturas de tipo locativo. Para uma proposta de análise de dados do português que parte de uma caracterização geral como 'construções locativas' para estruturas existenciais, possessivas e locativas (seguindo propostas teóricas anteriores), cf. Ribeiro (1996).

Resta notar que alguns autores que abordaram o estudo deste tipo de verbos numa perspectiva diacrónica[18] consideram a existência de 'diferentes verbos' *aver* e / ou *ter*, tendo em conta que a sua abordagem delimita à partida as ocorrências que exprimem (diferentes tipos de) posse, e assim distinguem as ocorrências em que estes verbos manifestam outras acepções ("obter, receber, deter ..."). Dada a diferente perspectiva aqui adoptada, que não define à partida um valor de "posse" válido para todas as ocorrências enumeradas, procurarei dar conta dos diferentes valores que elas manifestam, sem, evidentemente, excluir nenhuma delas, propondo uma caracterização desses valores de acordo com a seguinte tipologia, inspirada essencialmente nos trabalhos já citados de Heine (1996) e Creissels (1996)[19]:

(a) Posse estrita (também designada posse 'permanente' ou 'inerente') – define o tipo de relação que é parafraseável por pertença em termos literais.

(b) Posse perspectivada como transitória – define o tipo de relação que de modo mais ou menos explícito denota um direito formal ou informal de uso, ou mesmo meramente a coincidência física e / ou temporal das entidades referidas pelo sujeito e pelo objecto[20]. Note-se que a formalização deste tipo de relação e das suas condições constitui a motivação para a produção de certos tipos de documentos notariais medievais, como os 'emprazamentos', enquanto outros, como vendas e testamentos, têm como função formalizar a transmissão do tipo de relação definido em (a).

(c) Relação parte / todo – ocorre tipicamente na relação de um indivíduo com partes do corpo, quando o sujeito é animado, mas inclui também a identificação / determinação de parte(s) de um sujeito com referente não animado.

(d) Relação de vários tipos entre indivíduos – tipicamente denota relações de tipo familiar (cf. exemplo 5), mas também outros tipos de relações, (muito) genericamente definíveis como sociais[21].

---

(18) Como Silva (1989, 1994, 1995) e também Ferreira (1980-1981) para *haber* e *tener* em castelhano.

(19) Não sigo, porém, exactamente, nem os tipos enumerados nem as respectivas designações apresentados em Heine (1996, 15). Creissels (1996, 149-150) não apresenta uma tipologia de 'empregos' de *avoir*, limitando-se a enumerar alguns deles, justamente com o intuito de demonstrar a sua diversidade.

(20) Nestes casos, Heine (ibid.) distingue «temporary possession» de «physical possession».

(21) Note-se que os tipos de relação que defini como (c) e (d) são por vezes englobadas numa mesma caracterização como 'posse inalienável' (v., por exemplo, Heine, ibid.). A proposta de as separar decorre da observação de que só as

(e) Relação de um indivíduo com diferentes tipos de parâmetros descritivos que o caracterizam.

Além dos tipos de funcionamento já descritos, *aver / ter* ocorrem também nos textos analisados em construções com particípio passado que não se enquadram, em princípio, numa caracterização de tempo composto. Como se sabe, os dois tipos de construções estão diacronicamente relacionados, mas dada a maior abrangência pretendida neste trabalho relativamente á descrição dos valores de *aver / ter*, não tratarei especificamente esta questão, que requereria, por si só, um maior desenvolvimento(22). Trata-se de uma construção de tipo transitivo-predicativo, em que *aver / ter* seleccionam como argumento interno objecto directo uma oração pequena (v. Duarte 2003, 279; 297)(23):

(ix) ẽ escambho dadas *e* outo*r*gadas Auyã [as casas] [1385DNs]

(x) ou lhis ficar*om* p*er* m*or*te dalgũas pessoas q*ue* os delas teuessem Emp*ra*zados ou Afforados [1357DNs]

Noutras ocorrências ainda *ter* (e apenas este verbo) selecciona como argumento interno uma frase completiva introduzida por *que*:

(xi) *e* tijnha q*ue* a profacariã de casar cõ M*artĩ* fer*nãdez* [séc.XIV-LLC]

Neste exemplo, o valor que se depreende para *ter* afasta-se claramente do das outras ocorrências exemplificadas, havendo um funcionamento do verbo não como locativo, mas como epistémico, equivalente a "pensar, achar, considerar", enquanto em exemplos como (ix) e (x) os valores de *aver / ter* se aproximam claramente de valores descritos em construções incluídas em (A), exprimindo posse estrita e posse transitória.

---

relações familiares em sentido (muito) estrito (mãe, filho, irmão) se enquadram nessa caracterização. Portanto, foi o alargamento do tipo (d) a relações entre indivíduos não estritamente familiares (subjacente à descrição de Creissels ibid.) que me levou a não recorrer à caracterização de posse inalienável.

(22) A emergência em português de construções de tempo composto com *aver / ter* tem suscitado muitos estudos, sob diferentes perspectivas. Entre os mais recentes, podem-se citar Ribeiro (1996) e Cardoso e Pereira (2003), que incluem referências a trabalhos anteriores.

(23) Este tipo de construção é por vezes descrito como construção 'resultativa', assumindo que «expressa um estado resultante de um acontecimento anterior» (Cardoso e Pereira 2003, 161). Porém, a descrição dos exemplos nem sempre se adequa a uma definição de construções resultativas como «frases em que o constituinte [com a relação de predicativo do objecto directo] descreve o estado em que ficou o SN com a relação gramatical de objecto directo como resultado do evento descrito» (Duarte 2003, 279).

Contudo, ocorrem ainda, se bem que em número não muito significativo, casos em que *aver / ter* se aproximam sintacticamente de (ix) e (x), visto seleccionarem como argumento interno uma oração pequena, mas semanticamente estão mais próximos de (xi) pelo valor de epistémicos que evidenciam:

(xii) auedeuos p*or* p*re*so [séc. XIV-LLC]

(xiii) E esto todo louuo *e* outo*r*go *e* ey po*r* meu tesstamẽto *e* pustumeira vóótade [1383DNs]

(xiv) teuese por desonrado (?) desto [séc. XIV-LLC]

A ocorrência noutros exemplos, como (xv), da expressão *ter (alguém) por bem* parece indiciar que *ter por* ocorre como sequência lexicalizada, sofrendo o verbo nessa sequência uma perda do valor locativo-possessivo, adquirindo no seu todo a expressão um valor de epistémico idêntico ao de *ter* quando selecciona como objecto directo uma completiva(24):

(xv) E nos posades tomar o d*i*cto CasaL E dalo A q*uem* por bem teu*er*des [1381DNs]

2. Descrição dos dados dos testemunhos do século XIV

Tendo em conta os aspectos discutidos na secção anterior e tendo, portanto, como base critérios de tipo semântico, propõe-se a seguinte classificação / descrição, que pretende dar conta dos diferentes funcionamentos de *aver / ter* assinalados nos testemunhos.

Como já foi referido na introdução, os dados foram exaustivamente recolhidos em dois tipos de testemunhos diferentes: o fragmento manuscrito da Biblioteca da Ajuda do Livro de *Linhagens do Conde D. Pedro* (LLC), datável de cerca de 1380; documentos notariais publicados por Martins (2001) com datas entre 1350 e 1397 (DNs). De forma a não alongar excessivamente a exposição, apresentarei apenas uma exemplificação para cada um dos diferentes valores de *aver / ter* considerados, fazendo referências genéricas à frequência de ocorrência de cada tipo de estrutura.

2.1. Aver / ter *estativos locativos (A): Estruturas transitivas*

Posse estrita (a). Os dados parecem evidenciar que na expressão deste valor, que aqui designei posse 'estrita' (parafraseável por "pertença" em

(24) Note-se que este funcionamento de *ter* ocorre ainda em português actual, embora de forma mais esporádica que a evidenciada pelos dados medievais, no caso de construções transitivas-predicativas (*Tenho-o por "=considero-o" boa pessoa*) e também introduzindo completiva (*Tenho para mim "=acho, acredito" que...*).

sentido literal) e que é também designada 'permanente' ou 'inerente'[25], ocorre apenas *aver* em ambos os testemunhos (nesta secção, os exemplos dos testemunhos são simplesmente seguidos da indicação 'LLC', para os exemplos retirados do testemunho do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, e da data do documento, para os exemplos retirados dos documentos notariais):

(1) *e* auya hũa casa ẽ Riba de pisorga q*ue* auya nome uilla de sarez LLC

(2) a outra h*er*dade q*ue* auia toda a leixou a dõ meen garcia seu p*ri*mo LLC

(3) a mhã matade de todolos bẽes q*ue* eu ey cõ meu Marido 1383

(4) empraze *e* possa emp*ra*zar todol*os* casaaes *e* herdades q*ue* o d*i*cto Mon*s*teiro ha 1356

Posse perspectivada como transitória (b). A relação de posse que é implícita ou explicitamente perspectivada como transitória ocorre sempre expressa por *ter* (exemplos 5 a 9). Assim, os dados dos dois testemunhos parecem evidenciar que *aver* e *ter* não são variantes, exprimindo, pelo contrário, diferentes valores, uma conclusão que vai de encontro às generalizações referidas por Ferreira (1980-1981, 249-250) sobre a utilização de *haber* e *tener* em castelhano, na linguagem jurídica[26]. Observe-se ainda que *ter* ocorre em alternância com *trager* em DNs (v. adiante o exemplo 34 com *tragia*), o que mostra claramente a diferença de valor em relação a *aver* na expressão de diferentes tipo de posse.

(5) A u*er*a cruz nõ teedes aq*ui* LLC

(6) E teue del dõ Rodrigo gomez de trastamar o condado de trastam*ar* que el tijnha del Rei en teẽça ẽ toda a sa uida LLC

(7) *e* teue o castelo *e* a uila d'alcala de bẽçayde por el Rey dom afom*so* q*ue* a gaanhou aos mouros LLC

(8) E o d*i*cto Nicollaao st*e*vez disse q*ue* Ell tynha *e* possoia as d*i*ctas cassas *e* tynha as chaues dellas de Maao do P*ri*ol *e* comuento do Mom*steiro* de villarinho 1397

---

(25) Trata-se do tipo de posse que corresponde em termos sociais formais ou legais à noção de "propriedade". Em oposição ao tipo (b), que se refere a um tipo de posse perspectivada como transitória, pode-se considerar que este tipo é perspectivado como permanente, sendo, porém, transmissível, tal como a posse expressa pelo tipo (b).

(26) Mas difere das conclusões de Silva (1995, 303): «É, portanto, na expressão de AM [em que o complemento de *aver* e *ter* expressa objectos materiais adquiríveis, externos ao possuidor] que os dois verbos variam livremente». Note-se que a expressão de diferentes valores não decorre da caracterização do objecto, mas do tipo de posse que é expressa, o que é particularmente evidente nos exemplos dos DNs – um mesmo objecto, como, por exemplo, *casas*, ocorre com *aver* ou *ter*, mas isso implica claramente uma oposição de significados.

(9) E disse q*ue* pe*r*a o d*i*to. Moestey'ro estar ẽ posse das vj̃nhas q*ue* asj a d*i*ta Luzía do*mingu*jz teu*er*a do d*i*to moestey'ro 1377

Na maioria dos casos trata-se de um tipo de posse que corresponde a um direito formal de uso, mas ocorrem também exemplos, como (5), em que *ter* parece apenas exprimir a coincidência física (marcada pelo deíctico locativo *aqui*) e temporal (marcada pelo presente) do sujeito e do objecto.

Nalgumas ocorrências de *aver* e especialmente de *ter*, como (10) e (11), estes verbos podem receber a interpretação de "receber". Considerei, porém, que essa interpretação decorre essencialmente da menção explícita da entidade causadora da posse, estrita ou transitória, respectivamente, incluindo portanto estas estruturas um argumento com o papel de 'fonte'. Neste sentido, portanto, considerei não ser necessário distinguir 'diferentes verbos', visto que o valor essencial de posse não é apagado, e por isso os incluí nos tipos (a) e (b)[27].

(10) conhosçeu *e* cõfessou q*ue* el ouue *e* reçebeu. do Moesteíro [...] Try'nta l*i*br*as* de d*inheiro*s port*ugueses* 1388

(11) E este dõ M*artĩ* sanchez teue del Rei q*ua*tro cõdados LLC

Relação parte / todo - sujeito animado (c)

Os verbos não ocorrem com este valor em DNs, o que não é surpreendente tendo em conta o tipo de textos. Em LLC ocorrem apenas dois exemplos, com *aver* e *ter* em cada um deles. Embora os dados sejam manifestamente insuficientes para deles se extrair qualquer conclusão, talvez se possa relacionar o uso de *ter* no exemplo (13) com a marcação de um valor de relação 'transitória', tal como em (b), decorrente da adjectivação (*longa e cãa*) no objecto.

(12) Con toda esta p*re*sa seu f*ei*to deles era auerẽ maaos *e* lingua esforçãdose huũs a out*ro*s dizẽdo LLC

(13) lançaua as maaos da barua q*ue* tijnha muy longa *e* cãa LLC

Relação parte / todo – sujeito não animado (c'). A marcação desta relação ocorre uma única vez em LLC, com *ter*:

(14) E e feita d'asperooes chantãdos as astas no cãpo. *e* teẽ os esperoes feros de tres quadras LLC

Relação entre indivíduos – familiar (d). Ao contrário dos dois itens anteriores, a relação deste tipo está abundantemente representada em

(27) Também em português actual, *ter* pode ser interpretado como "receber" (*As crianças têm muitas prendas no Natal; O João teve uma prenda da mãe*).

LLC, em que, por se tratar de um texto linhagístico, é essencial a indicação da relação de parentesco, em particular entre pais e filhos, no fundo o estabelecimento 'do linhagem'. Assim, apesar de o número de ocorrências ser em termos absolutos muito elevado, esse número não corresponde a uma diversidade dos exemplos, sendo a sua esmagadora maioria instâncias de *aver*, no pretérito perfeito, com o complemento *filho/a/s*(28). Em DNs ocorre um único exemplo, também com *aver*.

(15) casou ela cõ este V*aasco* m*artijz* monudo de q*ue* auya o filho a furto LLC

(16) E este dõ gomez (...) ouue desta dona gõtrode (...) huũ filho LLC

(17) E dona moor an*es* ouue de V*aasco* g*onçaluez* peixoto estes filhos LLC

(18) E ouue ẽ esta sa molher dona ynes L*ourẽço* huũ filho q*ue* ouue nome M*artĩ* afom*so* chichoro LLC

(19) *e* ouuerõ filhos LLC

(20) foi casado *e* ouue semel LLC

(21) q*ue* nõ ouue geeraçõ LLC

(22) Estes ouuerõ semel / geeraçõ / linhagẽ LLC

(23) *e* ouue este aluaro g*onçaluez* out*ra* yrmaa LLC

(24) Ao d*i*to Johã vjçent*e* *e* A M*ar*yssa ãnes ssua molh*er* cpta (sic) q*ue* ora ha 1385

Relação entre indivíduos – social (d'). Na expressão de uma relação entre indivíduos de tipo mais impreciso, que designei 'social', há já variação entre *aver* (25 a 34) e *ter* (35 a 47). Este tipo de estruturas está representado em LLC por numerosas atestações, encontrando-se um único exemplo, com *aver*, em DNs, o que, mais uma vez, é resultado previsível em função da diferença tipológica dos textos.

(25) Este afomso ro*drigu*yz coreesma nõ foi casado mays ouue hũa baragaa LLC

(26) E esta dona aldõça an*es* ouuea p*rimer*o el Rei dom afom*so* de port*ogal* por baragaa LLC

(27) E esta dona T*ereia* gil ouuea el Rei dõ afom*so* de leõ. *e* fez ẽ ela huũ filho LLC

(28) E depois ouuea el Rei dõ afom*so* de castella seu sobrinho. *e* fez ẽ ela dona brĩgueira LLC

(29) *e* q*ue* ouue os melhores uasalos q*ue* ouue out*ro* conde nẽ home*es* boõs dos q*ue* dante forõ LLC

---

(28) Note-se, porém, que o uso do perfeito não indiciará aqui uma interpretação eventiva (como em *Eles tiveram um filho quando eram muito novos*), mas decorre do tipo de texto, que regista relações localizadas num tempo passado, portanto estados.

(30) cõ cõpanhas poucas q*ue* podo au*er* LLC

(31) entõ iuntou dom M*artĩ* sanchez q*ua*ntos achou *e* pode au*er* da terra de toronho *e* de limha LLC

(32) iũtou as mais cõpanhas q*ue* pode au*er* LLC

(33) cõ aq*ue*ls q*ue* pode au*er* LLC

(34) E q*ue* estes homẽes Auya dau*er* p*er* o d*i*to Casal q*ue* o d*i*to M*ar*tjm do*ming*uiz tragia 1379

(35) Este airas p*er*ez faripas de burel nõ foi casado mais teue hũa baragaa LLC

(36) Dise el Rei almafacem dime q*ue* caual*ei*ros tẽes ẽ ela LLC

(37) E nõ dultedes q*ue* pela sua u*er*tude. *e* p*or* os boos fidalgos uosos naturaaes q*ue* aq*ui* teedes Auedes de uẽcer estas lides LLC

(38) E se eu erei aq*ui* teedes meu corpo [entendendo um uso metonímico de *corpo*] LLC

(39) *e* daq*ue*ls caualeiros q*ue* tijnha p*er*a uijr sobrela espanha. apartou deles cinquoẽta mil LLC

(40) E o cõde soubeo *e* iũtou aq*ue*ls que tijnha LLC

(41) ou se nõ que se tirase afora mais dhũa legoa q*ue* nõ parecese o seu pendõ. *e* q*ue* lidaria cõ todos aq*ue*ls q*ue* el hy tija LLC

(42) *e* endereçou cõ xxv°. caual*ei*ros que tijnha LLC

(43) *e* cõ out*ra*s cõpanhas muytas *e* bõas q*ue* esta raynha dona T*ereia* tijnha cõsigo LLC

(44) *e* desbaratoo el *e* todo o poder del Rey dõ afon*so* q*ue* cõsigo tijnha LLC

(45) *e* teendo moito mais q*ue* o cõde. tã bem de caualo come de pee LLC

Embora nestes casos não resulte tão clara a oposição dos valores marcados pelos dois verbos como nos casos de (a) e (b), não deixam alguns exemplos de evidenciar uma diferenciação de valores dos dois verbos, que, como se pode observar, ocorrem com o mesmo tipo de complementos. Mas também aqui esse facto não parece permitir sugerir a generalização de que *aver* e *ter* já ocorreriam como variantes inteiramente livres, isto é, que teriam o mesmo valor. Pelo contrário, excepto talvez nos exemplos (25) a (28), com *aver*, e (35), com *ter*, em que o objecto refere explícita ou implicitamente *baragaa*, pode admitir-se que a relação expressa com complementos do tipo *homẽes*, *caualeiros*, *cõpanhas* exprime diferentes valores, marcando *ter* uma relação mais tipicamente perspectivada como transitória (e portanto mais próxima de (b)), interpretação que é sugerida pela ocorrência nessas estruturas de marcadores de localização, em termos estrita ou implicitamente temporais ou locativos (*ẽ ela*, *aqui*, *cõsigo*). *ter* ocorre ainda num outro caso, em que o valor de localização em sentido mais estrito é bastante evidente:

(46) *e* mãdouo prẽder *e* teer ẽ hũa tore ẽ santarẽ.

Parece, portanto, poder assumir-se que ainda nas atestações de (d') há oposição entre os valores marcados por *aver* e *ter*, admitindo que mesmo quando *ter* não co-ocorre com um locativo explícito, a 'localização' da relação expressa está implícita, num contexto mais alargado, textual ou discursivo, e que este verbo marca um valor de transitoriedade idêntico ao marcado na posse do tipo (b). Assim, aparentemente, *aver homẽes / caualeiros / cõpanhas* opõe-se a *ter homẽes / caualeiros / cõpanhas* no sentido em que esta última relação implica uma relação perspectivada como transitória, isto é, parafraseável por "dispor de" *homẽes / caualeiros / cõpanhas*, num determinado lugar e tempo e / ou para um determinado fim, enquanto a relação expressa por *aver* com este tipo de complementos é neutra quanto a essa perspectivação da relação. A ser correcta esta interpretação, o que precisaria de ser aferido com a análise de mais dados, *aver* teria, ainda no século XIV, um sentido mais geral na expressão de relação entre indivíduos, opondo-se ao sentido mais restrito de *ter* e, portanto, a subsequente substituição de *aver* por *ter* seria consequência de uma perda (generalização) de significado de *ter*. Na expressão da relação de tipo estritamente familiar, *ter* não ocorre nunca visto que não faria sentido perspectivar esse tipo de relação como transitória.

Relação de tipo descritivo (e). Finalmente, nas estruturas transitivas em que é marcada uma relação que designei de tipo descritivo ocorre apenas *aver* em ambos os testemunhos. Embora em muito menor número, há atestação de estruturas deste tipo com sujeito com referente não animado, como (57):

(47) huũ filho q*ue* ouue nome dõ egas gomez LLC

(48) foy hospede dhuũ home boo q*ue* auia nome dõ G*onçalo* de sousa LLC

(49) Porq*ue* desemparaste *e* mouiste m*e*a nobreza mea honra q*ue* eu auia sobrelos Reis d'africa LLC

(50) Ay uelho oie p*er*diste o teu nome q*ue* auyas ẽ toda eyropa ẽ toda africa *e* en asia LLC

(51) *e* este nome lhe pos seu padre por amor de seu yrmaao q*ue* auya asi nome LLC

(52) diserõ q*ue* seu mafomede nõ auia poder p*er*a os defender LLC

(53) *e* auyã lhi enueia LLC

(54) *e* el ouue desto gram u*er*gonha LLC

(55) *e* ela ouue maao p*re*ço LLC

(56) nõ ouueras tu p*or* q*ue* estroyr tã altas donas *e* dõzelas LLC

(57) hũa capela que el fez p*or* o s*er*uiço de de*us* q*ue* ha nome s*ã*ta maria de flor de rosa LLC

(58) hũa ssa Irmáá q*ue* ha nome M*ar*garida domĵguez 1353

(59) E ffjz p*er*gũta Ao d*i*to M*ar*tjm do*mingu*jz se Auya Razoes p*er*a Enbargar a deffenetjua 1379

(60) se ouu*er*mos algũũas esc*ri*turas ẽ nos aJamos d*ere*ito q*ue* p*er*teesçom Aas d*i*tas erdades *e* ẽplazamẽtos *e* béés mouyjs 1364

Estruturas transitivas predicativas. Em LLC há uma única ocorrência de *auer*, no imperfeito, com particípio passado, sendo aparentemente ambígua a sua interpretação como construção 'resultativa' (*eu auia a mea nobre caualaria*; *a mea nobre caualaria estaua (já) prouada*) ou como construção de tempo composto ("eu havia provado = posto à prova" *a mea nobre caualaria*):

(61) *e* a m*e*a nobre caualaria q*ue* eu auia p*ro*uada ẽ muytas fazẽdas

Em DNs ocorrem outros exemplos, que parecem mostrar um diferente funcionamento das estruturas, possivelmente decorrente do tempo verbal – quando *aver* está no presente, a estrutura permite ainda uma interpretação transitiva predicativa, mas com *aver* no imperfeito parece haver uma interpretação de tempo composto, apesar de existir sempre concordância do particípio passado:

(62) E out*ro*ssi en todos se*us* ff*e*ctos mouudos *e* por mou*er* q*ue* elas am *e* entẽdem A A au*er* contra quaLq*ue*r pessoa ou pessoas 1357

(63) nas sobred*i*tas Casas [...] *e* ẽno sobred*i*to sobrado [...] *e* ẽno sobr*edi*to oliual q*ue* lhys Assy escambhados Auyã 1385

(64) por as sobred*i*tas vinha *e* olíual *e* cãpo *e* mato q*ue* lhys Assy os sobred*i*tos P*ri*or *e* Raçoeyros (...) escambhadas *e* p*e*la g*ui*sa q*ue* suso d*i*to he *e* declarado, ẽ escambho dadas *e* outo*r*gadas Auyã 1385

Contudo, ocorre no seguinte exemplo a sequência *dito ha*, interpretável como tempo composto, com valor de perfeito[29]:

(65) E p*er*a ffas*er* ç*er*to o d*i*to Aparíço do*min*gjs q*ue* os d*i*tos h*er*damẽtos *e* béés eran se*us* como d*i*to ha 1350

As estruturas deste tipo com *ter*, também com concordância do particípio passado, não parecem permitir uma leitura de tempo composto:

(66) ca adubado o teedes [*de comer* = a comida] LLC

(67) estes c*ri*stãaos peros q*ue* uola teẽ forçada [a espanha] LLC

(68) *e* huũ dia sija en sa tẽda. *e* tijnha as faldras da tenda alçadas cõtra a uila LLC

(69) p*or*q*ue* estaua mãzelado das suas h*er*dades que lhi tijnha forçadas dona sancha m*ar*t*ij*z LLC

---

(29) Sobre as questões relativas à emergência de estruturas de tempo composto, que, como já referi, não desenvolverei aqui, v. Cardoso e Pereira (2003).

(70) hu tijnhã mal treitos os mouros. refrescauãse cada uez dos q*ue* estauã folgados LLC

(71) porq*ue* os tiinha soiogados LLC

(72) E asi o teue o cõde cercado tres dias LLC

(73) *e* lhe nom leixou nem quer leixar A posse das d*i*ctas cassas nem lhe daa as chaues das d*i*ctas cassas *e* lhas tem Acupedas nom Avendo Em ellas dereyto 1397

(74) ou lhis ficar*om* p*er* m*or*te dalgũas pessoas q*ue* os delas teuessem Emp*ra*zados ou Afforados 1357

2.2. Aver / ter *com funcionamento de estativos-epistémicos (B)*

2.2.1. Estruturas transitivas predicativas (*aver / ter ... (por) ...*). Em LLC ocorrem dois exemplos de *aver ... por ...*, em que, como já foi referido, o verbo adquire um valor diferente, de epistémico, equivalente a "considerar":

(75) E recebeu grande onra do grã meestre *e* de toda a caualaria p*or*q*ue* se ouuerõ del p*or* bẽ s*er*uidos LLC

(76) auedeuos p*or* p*re*so LLC

Exemplos em que o verbo tem idêntico valor ocorrem em DNs, incluindo uma ocorrência sem preposição (78):

(77) E esto todo louuo *e* outo*r*go *e* ey p*or* meu tesstamẽto *e* pustumeira vóótade q*ue* mãdo q*ue* sseia firm*e* *e* stauil 1383

(78) E pormeterõ A au*er* por f*ir*me *e* por estauiL p*er*a todo semp*re* q*ue* q*uer* q*ue* pelo d*i*cto seu p*rocur*ador ou pelos se*us* Soestabeleçudos deL for f*e*cto 1357

(79) E nos Auemos *e* p*ro*metemos a au*er* firme *e* outorgado todalas cousas *e* cada hũa delas 1356

Quanto a *ter*, ocorre em LLC, duas vezes, e em DNs com o mesmo valor, embora (80) apresente uma estrutura um pouco diferente:

(80) teuese por desonrado (?) desto LLC

(81) *e* dõ V*aasco* tã mal ferido q*ue* o teuerã ẽ par de morte LLC

(82) E dyse pello d*i*cto Joramẽto dos Auẽgelíos q*ue* desto se tijna por *con*tento 1350

Com este tipo de funcionamento, *ter* ocorre ainda várias vezes em DNs na expressão, aparentemente já lexicalizada, *ter por bem*:

(83) E nos posades tomar o d*i*cto CasaL E dalo A q*uem* por bem teu*er*des 1381

2.2.2. Com oração completiva (*ter que*). Em LLC, embora não em DNs, ocorrem várias atestações de *ter* introduzindo uma completiva, com

o valor de "pensar, achar, considerar", portanto funcionando também como epistémico. *aver* não ocorre com este valor no mesmo tipo de estruturas.

(84) Estes c*ri*staãos ueẽ desacaudelhados *e* teẽ q*ue* ia nõ podemos tornar a eles LLC

(85) *e* q*ua*nto mais olhaua polos mouros tanto lhi mais *e* mais crecia *e* esforçaua o coraçõ (...) *e* tijnha q*ue* de*us* lhi fez*er*a gram m*er*cee eno chegar aq*ue*l tẽpo LLC

(86) Out*ro*s tijnhã q*ue* p*or*q*ue* os mouros som grandes est*ro*logos q*ue* fazią parecẽça de fantasmas d'omees de caualo. *e* nõ erã tantos como parecią LLC

2.3. Aver / ter *com funcionamento de verbos leves, integrando predicados complexos (C)*

Até aqui foram descritos os dados que atestam diferentes funcionamentos de *aver /ter* estativos locativos (A) e epistémicos (B), em diferentes estruturas. Mas, como foi notado no início da secção 1, estes verbos ocorrem ainda com diferente funcionamento, que na literatura tem sido caracterizado como um funcionamento de verbos leves (C), e os textos medievais evidenciam esse tipo de funcionamento, tal como acontece com *ter* em português actual. Numa abordagem diacrónica, e dado que na história do português *ter* tenderá a substituir progressivamente *aver* em funcionamentos do tipo (A) e (B), trata-se sobretudo de averiguar como se poderá ter processado essa mudança especificamente em estruturas do tipo (C). A substituição de *aver* por *ter* como verbos leves terá acompanhado a substituição verificada nos outros funcionamentos, ou é, pelo menos, o que sabemos ser o resultado final da mudança, visto que é sempre *ter* que ocorre actualmente nessas estruturas.

Poder-se-ia pensar em colocar em paralelo esta mudança com a verificada em *aver* > *ter* como auxiliar em estruturas de tempo composto, uma vez que nesse tipo de construções os verbos sofrerão também um esvaziamento lexical, num percurso diacrónico que resultará no seu funcionamento como elementos meramente funcionais ou gramaticais, um processo que por vezes tem sido tratado com recurso ao conceito de gramaticalização. Porém, tal como tem sido evidenciado por alguns autores (Butt 2003; Butt e Lahiri 2002), ao contrário dos auxiliares, os verbos leves mostram estabilidade ao longo de grandes períodos de tempo e o esvaziamento semântico que sofrem, não é, como no caso dos auxiliares, consequência de um processo diacrónico cujo resultado determine ou possa vir a determinar a sua reanálise como morfemas gramaticais. Nas palavras dos autores, «the light verb is a historical dead end» (Butt e Lahiri 2002, 5).

Esta estabilidade diacrónica não implica, naturalmente, que não exis-

tam alterações no uso (ou não uso) de determinados verbos como verbos leves, em diferentes períodos, numa dada língua, mas que as variantes plena e leve de um dado verbo se mantêm homónimas ao longo do tempo, visto que qualquer mudança sofrida pelo verbo pleno afecta igualmente a sua variante leve. Portanto, de acordo com este tipo de generalizações, o estudo diacrónico de *aver* / *ter* com um funcionamento leve, isto é, integrando predicados complexos(30), deve acompanhar o seu estudo como verbos principais em estruturas transitivas(31).

Nos textos do século XIV estudados, nas estruturas que identifiquei como predicados complexos, ocorre sempre *aver*. De um modo geral, o critério usado para classificar como leve o verbo nestas ocorrências partiu da noção de predicado complexo, portanto na identificação de um funcionamento do verbo em estruturas transitivas em que ele não predica de forma plena, diferentemente do que acontece nas instâncias de (A), em que essa predicação marca diferentes tipos de relações.

A dificuldade deste tipo de análise dos dados decorre genericamente, como é sabido, do carácter sempre lacunar dos dados atestados e da impossibilidade de os manipular, confrontando o juízo dos falantes. Assim, assumirei que correspondem a instâncias de predicados complexos as estruturas em que o verbo ocorre como uma espécie de 'verbal licenser' do nome (cf. n. 30), do tipo *aver acordo* = *acordar*.

Como referi, este tipo de estruturas ocorre sempre nos textos estudados com *aver*, nunca com *ter*, havendo um considerável número de exemplos em LLC, boa parte dos quais com nomes do tipo *guerra* (*lide*, *cõtenda*, etc.):

(87) a guera q*ue* os espitaleres hã cõ os turcos *e* cõ soriaos *e* barbaros *e* d'aleyxadria LLC

---

(30) Os verbos são definidos como 'leves' no sentido em que não predicam plenamente. Sobre estruturas do inglês (*have a rest, give a shout*) semelhantes às que ocorrem em português com *ter* e outros verbos, Butt (2003, 1) observa que, embora estes verbos respeitem a estrutura argumental dos verbos plenos correspondentes «The verbs (...) seem to be more of a verbal licenser for nouns. However, the verbs are clearly not entirely devoid of semantic predicative power either: there is a clear difference between *take a bath* and *give a bath*. The verbs thus seem to be neither at their full semantic power, nor at a completely depleted stage. Rather, they appear to be *light* in the sense that they are contributing something to the joint predication».

(31) Seria interessante abordar esta generalização confrontando o português com o castelhano, visto que este último conservou *haber* como auxiliar, ao contrário do português.

(88) Este ordinhamẽto fazẽ os caualeiros do espital naq*ue*la cõq*ui*sta q*ue* eles an cõ os mouros LLC

(89) este cõde dõ echigi gicoy auia cõtenda cõ o conde dõ meẽ soarez de nouellas LLC

(90) Os castellãaos ouuerã sa cõtenda grãde cõ os mouros ẽ pasar a ribeira do salado LLC

(91) q*ue* pasarã cõ dõ V*aasco* todas as lides q*ue* el ouue ẽ castela LLC

Vejam-se também exemplos de *aver* com outro tipo de complementos:

(92) logo ẽ aq*ue*la hora ouue cõselho cõ os se*us* altos homees LLC

(93) *e* estãdo no paaço ouuerõ palauras cõ este dõ V*aasco* LLC

(94) Os Reis c*ri*staaos ouuerõ seu acordo q*ue* fosem partidos ẽ duas partes LLC

Assinalei uma única ocorrência em DNs:

(95) E pedíanos os d*i*ctos cõõigos q*ue* a esto ouuessem*os* remedío a ell*es* *e* ao *con*uẽto 1364

A existência de verbos com significado equivalente ao do predicado complexo é, como referido na secção 1, um dos argumentos geralmente apontados para este tipo de análise dos verbos leves. Como seria de esperar, nem em todos os casos é possível encontrar nos textos estudados formas verbais equivalentes a todas as instâncias de estruturas aqui descritas com *aver*, ocorrendo, no entanto, em LLC, formas de *lidar* e *cõselhar-se* (*aver lide*, *aver cõselho*):

Estauã tã fremosamẽte ordinhados p*er*a lidar LLC

o q*ue* trouuerõ morto no ataude cõ que se cõselhauã os infantes *e* os out*ros* muy boõs LLC

O facto de *ter* não ocorrer ainda com este tipo de funcionamento poderá relacionar-se com as próprias características dos verbos leves, que são verbos de sentido muito geral, como refere Butt e Lahiri (2002, 51): «light forms of verbs exist for those verbs which denote very basic relations and which function as passepartouts: they are handy for a wide variety of occasions, leading to a wide variety of uses.» A hipótese seria que *ter* não era ainda, ao contrário de *aver*, no final do século XIV, um verbo de sentido suficientemente geral para poder preencher um uso leve, e, portanto, *ter* só teria passado a acorrer nesse tipo de funcionamento quando o seu valor se tinha já generalizado, generalização essa manifestada na sua ocorrência muito frequente ou mesmo maioritária em estruturas do tipo (A)[32].

(32) Assumo, portanto, que a generalização do uso de *ter* na expressão de diferentes tipos de relação (tradicionalmente "posse") decorre de uma generalização do

Observando globalmente os dados apresentados, não só o número de ocorrências de *aver* é muito superior ao de *ter*, embora considere que esse facto não é em si mesmo significativo, mas parece poder concluir-se que *ter* ocorre mais frequentemente quando está explícito ou implícito um sentido mais restrito, acrescentando ao valor geral de relação o valor de relação localizada num dado tempo e / ou espaço, isto é, relação perspectivada como transitória (cf. o comentário aos exemplos de (A d') e também a descrição de Ferreira (1980-1981: 257-261) de *tener* em castelhano medieval)(33).

Tem sido geralmente apontado o século XV como a época em que há indícios do recuo de *aver* em favor de *ter* em português (cf., por exemplo, Silva 1995). Conviria, portanto, verificar se esse recuo configura um possível uso de *ter* como verbo leve.

3. *Aver / ter* como verbos leves no final do século XV

Para obter alguns dados que possam indiciar uma mudança no uso dos verbos estudados como verbos leves, usou-se como fonte a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* de Gomes Eanes de Zurara. A edição utilizada transcreve um dos testemunhos deste texto, de finais do século XV ou princípios do XVI, dando conta das variantes de um outro testemunho, pouco posterior, o que permite, portanto, verificar também se os dados recolhidos seriam variáveis na transmissão manuscrita, como se sabe acontecer em muitos aspectos linguísticos em mudança, concluída ou em curso (cf., por exemplo, Brocardo 1998)(34).

---

valor expresso por este verbo, como se poderá depreender do estudo de Silva (1995). Não incluí no presente trabalho uma pesquisa que permita concluir em termos quantitativamente rigorosos a generalização de *ter* já no século XV, referindo-me, portanto, essencialmente às conclusões e extrapolações do citado trabalho de Rosa Virgínia Mattos e Silva. Como é sabido, os dados puramente quantitativos não são expressivos em si mesmos, devendo ser controlados com recurso a outros parâmetros, como a tipologia das fontes e a datação dos testemunhos.

(33) A maior frequência relativa de *ter* com valor de epistémico (B) não parece indiciar uma generalização mas, pelo, contrário, uma especialização / restrição de sentido.

(34) Os dois testemunhos pertencem a ramos diferentes da tradição textual (Brocardo 1997, 80-87), portanto, o manuscrito posterior não apresenta necessariamente as formas mais inovadoras. Note-se, de resto, que com bastante frequência o manuscrito de data posterior tem *aver* onde o mais antigo tem *ter*, embora também ocorra o contrário, considerando a generalidade de ocorrências destes verbos, em diferentes tipos de estruturas.

O dado mais significativo obtido na pesquisa do texto parece ser o de que *ter*, ao contrário do que acontecia com os testemunhos estudados do século XIV, já ocorre com um funcionamento de verbo leve.

De um total de 10 tipos de estruturas que foram identificadas como correspondendo a predicados complexos com *aver* / *ter*, metade dos casos atestam a alternância entre *aver* e *ter*, como nos exemplos (as variantes do outro testemunho são indicadas entre [ ]):

(aver / ter guerra)

(96) a comtynuação das guerras q*ue* ham com hos cr*ist*ãos lhes daa gramde ajuda

(97) mais rrazão teverão os seus comarcãos no auto das armas que hos moradores do rreyno de Grada, porque comtynuadamemte teveram guerra, sẽ nenhũ amtrepoimemto de paz, o que os de Grada sam pello comtrayro, caa muito mais tempo tẽ pazes *e* tregoas que guerra com seus comarcãos

(cf. *guerrear*)

Deyxo os da ilha de Rrodes, que casy sempre guerream com hos turcos

(*aver / ter conselho*)

(98) que todavia nos desposessemos de a filhar e que depois que ha tevessemos em poder que emtom poderiamos aver comselho o que della fariamos

(99) *E* hũ dia fez chamar os fidallgos *e* capitães pera aver comselho com elles

(100) E por ẽ ouve comselho de hir sobre Tutuão

(101) Ally fez o iff*am*te ajumtar todolos capitães *e* teve com elles comselho, *e* casy todos acordarã que nõ hera bem

(102) Cap*itol*o seisto como ell rrey teve comselho sobre a gemte que avia de ficar na çidade

(cf. *(a)conselhar-se*)

Ora somos, per graça de D*eus*, em pomto de nos sobr'ello comselhar [aconselhar], veja cada hũ o que lhe pareçe

(*aver / ter acordo*)

(103) ẽtamto que ouverõ acordo que mamdassẽ aaquella gemte de pee que

(104) ouverõ seu acordo q*ue* se fossẽ, *e* vogassẽ a calla de Çilles, *e* q*ue* ally dessem parte aa noite

(105) *E* vemdo como nõ tynhã açallmo pera ter ally aquella fortalleza, ouverõ acordo de derribar os portães

(106) *E* brevememte elles partyrão logo *e* ouverão aquelle mesmo acordo que teverã da outra vez

(cf. *acordar(-se)*)

E por ẽ acordou de hyr açima daquella guysa q*ue* sohia hyr

Todos se acordarão que o feito hera pera cometer sẽ nenhũ rreçeo

(*aver / ter cuidado*)[35]

(107) omde logo toparão com çem mouros de pee que aviã cuidado da guarda dos outros

(108) disse que, pois elle hera seu, que não queria que outrem tevesse [ouvesse] cuydado das suas cousas senão elle

(109) *E* sobre todo teerey espiçiall cuidado de vos acorrer a quallquer pressa *e* trabalho que vos sobrevenha

(110) *E* assy lhe emcomemdou q*ue* tevesse bõo cuydado da outra gemte mais piquena

(*aver / ter avisamento*)

(111) de que os outros mouros ouverã gramdes avisamemtos

(112) E pomde vossas guardas como vos jaa tenho ordenado, temdo sobre ello gramde avisamemto

(113) E por ẽ teve sobr'ello muy bõo avisamemto

(114) mas teverão melhor avisamemto que os outros, porq*ue* cõ has espadas fora não tomarão senã aquelles p*ri*mçipaes

(115) Vos ficae aquy – disseram os p*ri*mçipaes – *e* temde avisamemto que, quamdo nos vyrdes vyr, que esguardeys se vem comnosco tamtos mouros cõ que nos nõ ajamos rrazão de poder

(avisar-se)

E desy mamdou a Fernam Barreto que posesse outras atallayas na pomta d'Allmyna por se avisar de fustas se ouvessem de viir pello mar

Todolos outros disseram que Allv*a*ro Guysado dezia muyto bem, *e* desy avisaram-se que o segredo nõ fosse menos guardado dos amigos que dos ymigos

Em três destes tipos de estruturas aparece apenas *aver*:

(aver peleja)

(116) duramdo em sua governamça *e* sen*h*orio XXII annos *e* pouco mais de hũ mes, avemdo muitas pellejas com hos mouros *e* semdo duas vezes çercado

(117) mas de como foram empachados, ou se ouverã pelleja com hos cr*ist*ãos (...) escusamos de ho *escre*ver

(cf. *pelejar*)

nẽ creo q*ue* antre os cr*ist*ãos se ache rregno que contynamemte tenha casy tres mill homes na guerra dos ymfies, pellejamdo ou per maar ou per terra

(*aver contenda*)

(118) porque sabia como Gomçallo Velho matara no çerco aquelle sen*h*or de Benegoym com que elle avia comtemda

(119) Amigos, eu nõ sey se vos estaes ẽ bõo conheçimemto do lugar em que sões *e* a força da gemte com (?) que aveis d'aver vossa comtemda

---

(35) No texto ocorre *cuidar*, mas com diferente valor ("pensar", "achar").

(cf. *contender*)

caa Mulley Buçayde comtemdeo com Mulley Aaço, seu irmão, sobre o rreall sen*h*orio do rregno de Fez

(*aver debate*)

(120) ouverã ally muy gramdes debates assy de como se azaria a p*ri*meira sayda.

Nos dois restantes casos, pelo contrário, assinala-se apenas a ocorrência de *ter*:

(*ter esquecimento*)

(121) emtamto que, se lhe allgũs trabalhos ao diamte vieram, foy pello esqueçimemto que teverõ do S*enh*or

(cf. *esquecer*[*-se de*])

Aymda que as gemtes fossem trabalhadas nos dias passados, nõ se esqueçeo o comde daquello q*ue* lhe cumpria

E çerto he q*ue* a gramde ardedeza lhe fez em aquella ora esqueçer o bom comselho

(*ter costume*)

(122) A estes mouros que assy hiã com aquelles cr*ist*ãos fez ho comde m*ui*ta homrra, como tinha costume de fazer

(cf. *acostumar*)

seg*umd*o vedes que os mouros acostumam quamdo passam suas fruytas

Tendo sido explorado um único texto (embora muito extenso) segundo a perspectiva traçada, seria, evidentemente, prematuro pretender retirar conclusões gerais sobre o uso de *aver* / *ter* como verbos leves em finais do século XV. Porém, os dados recolhidos permitem pelo menos assinalar indícios de que *ter* já ocorre nesta época com alguma frequência com esse tipo de funcionamento, embora ainda alternando com *aver*, como de resto acontece quando os verbos têm um funcionamento pleno. A diferença seria que, contrariamente ao que acontece nas outras estruturas, *ter* parece ocorrer em predicados complexos mais tardiamente. O que se procurou mostrar foi que esta diferença entre as duas sincronias poderá estar relacionada com o facto de *aver* e *ter* serem, ainda no século XIV, verbos com diferentes características e marcando geralmente diferentes valores. O aparecimento, pelo menos a partir de finais do século XV, do uso de *ter* em predicados complexos pode ser entendido como mais um indício da mudança sofrida por este verbo no sentido de uma generalização, partindo do pressuposto de que só os verbos de sentido muito geral podem ocorrer com esse tipo de funcionamento.

4. Considerações finais

O trabalho apresentado não pretende, como já foi afirmado, generalizar conclusões para a história de *ter* e *aver* em português, mas tão somente aduzir dados e propor a sua descrição, esperando contribuir para essa história com uma diferente perspectiva. Procurou-se sobretudo defender a validade de uma análise de um conjunto limitado de dados, com as óbvias desvantagens de um estudo de âmbito restrito, mas que dá particular atenção à exploração de fontes textuais cuja crítica prévia proporcionará, em princípio, maior fiabilidade em termos de exploração linguística.

Tendo sido sublinhada a especificidade do funcionamento dos verbos *aver* e *ter* como verbos leves, integrando predicados complexos, apontaram-se indícios de que esse tipo de funcionamento poderá estar de algum modo relacionado com a questão que mais tem sido explorada na história destes verbos em português, a substituição de *aver* por *ter*. Este tipo de abordagem terá, porém, de vir a ser desenvolvida em investigações futuras que, por um lado, explorem um corpus quantitativamente mais significativo e cronologicamente diversificado e, por outro, incluam outros verbos com idêntico funcionamento em português (*dar*, *fazer*), de modo a obter uma perspectiva abrangente deste aspecto da história do português.

Universidade Nova de Lisboa Maria Teresa BROCARDO

5. Referências bibliográficas

5.1. Textos usados como fontes

[DNs] Martins, Ana Maria, 2001. *Documentos portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa: Da Produção Primitiva ao Século XVI*, Lisboa, IN-CM [documentos de 1350 a 1397].

[LLC] Brocardo, Maria Teresa, no prelo. *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Edição do fragmento manuscrito da Biblioteca da Ajuda (século XIV)* (Lisboa, IN-CH).

[ZurPM] Brocardo, Maria Teresa, 1997. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses de Gomes Eanes de Zurara. Edição e estudo,* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – JNICT.

5.2. Outras referências

Brocardo, Maria Teresa, 1998. «As 'variantes' como objecto de estudos linguísticos diacrónicos» in: Giovanni Ruffino, ed., *ACILPR XXI*, vol. 6, 47-57.

Brocardo, Maria Teresa, 1999. «Sobre o 'português médio'» in Eberhart Gärtner / Christine Hundt / Axel Schönberger, eds., *Estudos de história da língua portuguesa* (*Biblioteca Luso-Brasileira* 7), Frankfurt am Main, TFM, 107-125.

Brocardo, Maria Teresa, (no prelo). «Sobre periodização da história do português europeu. Contributo para uma discussão», *Iberoromania* 62, 97-117.

Brocardo, Maria Teresa / Correia, Clara Nunes, 2005. «*Ter paz* e *fazer guerra* – aspectos sincrónicos e diacrónicos de predicados complexos», *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* 16, 25-35.

Butt, Miriam, 2003. «The Light Verb Jungle», *Harvard Working Papers in Linguistics* 9, 1-49.

Butt, Miriam / Lahiri, Aditi, 2002. «Historical Stability vs. Historical Change» (texto em pdf) http://www.ling.uni-konstanz.de/pages/home/butt/stability.pdf.

Cardoso, Adriana / Pereira, Susana, 2003. «Contributos para o estudo da emergência do tempo composto em português», *Revista da ABRALIN* II/2 (Dezembro), 159-181.

Creissels, Denis, 1996. «Remarque sur l'émergence de verbes *avoir* au cours de l'histoire des langues», *Faits de Langue* 7 (*La relation d'appartenance*), 149-158.

Duarte, Inês, 2003. «Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras» in: Mateus, Maria Helena Mira et al., *Gramática da Língua Portuguesa* (5ª edição revista e aumentada), Lisboa, Caminho, 275-321

Duarte, Inês / Brito, Ana Maria, 2003. «Predicação e classes de predicadores verbais» in: Mateus, Maria Helena Mira et al., *Gramática da Língua Portuguesa* (5ª edição revista e aumentada), Lisboa, Caminho, 179-203.

Duarte, Inês / Gonçalves, Anabela / Miguel, Matilde, 2005. «Verbos leves com nomes deverbais em português europeu», comunicação apresentada ao *XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Porto, Setembro 2005) [citado a partir de 'handout'].

Ferreira, José de Azevedo, 1981. «Les verbes *haber-tener* et l'emploi de l'anaphorique *y* dans le *Libro de los Gatos*», *Boletim de Filologia* 26, 245-270.

Heine, Bernd, 1996. «Grammaticalization and language universals», *Faits de Langue* 7 (*La relation d'appartenance*), 11-22.

Martins, Ana Maria, 2002. «Mudança Sintáctica e História da Língua Portuguesa» in: Brian Head / José Teixeira / Aida Sampaio Lemos / Anabela Leal de Barros / António Pereira, eds., *História da Língua e História da Gramática: Actas do Encontro*, Braga, Universidade do Minho, 251-297.

Mattoso, José, 1980. *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum*, Nova Série, vol. II/1, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Edição Crítica*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

Mattoso, José, 1999. «A transmissão textual dos livros de linhagens» in: Isabel Hub Faria, ed., *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa, Cosmos / FLL, 565-584.

Oriez, Sandrine, 2001. «Grammaticalisation et formes schématiques», *Travaux Linguistiques du CERLICO* 14 (*Grammaticalisation 2. Concepts et Cas*), 237-245.

Ribeiro, Ilza, 1996. «A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas *ter*, *haver* e *ser*» in: Ian Roberts / Mary Aizawa Kato, eds., *Português brasileiro: uma viagem diacrônica. Homenagem a Fernando Tarallo*, Campinas, Editora da UNICAMP, 342-386.

Silva, Rosa Virgínia Mattos e, 1989. *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do Português Arcaico*, Lisboa, IN-CM.

Silva, Rosa Virgínia Mattos e, 1994. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*, São Paulo / Bahia, Contexto.

Silva, Rosa Virgínia Mattos e, 1995. «Variação e mudança no português arcaico: *ter* ou *haver* em estruturas de posse» in: Cilene da Cunha Pereira / Paulo Pereira, eds., *Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in Memoriam Celso Cunha*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 299-311.